

1 de Novembro de 2022



**UM REGRESSO PARA UM NOVO FUTURO
OU UM REGRESSO AO PASSADO?
– O RETORNO POPULACIONAL PARA O NORDESTE
DE CABO DELGADO**

João Feijó

INTRODUÇÃO

Nas últimas semanas assiste-se à reabilitação de infra-estruturas e reabertura de serviços públicos, assim como ao regresso de dezenas de milhares de indivíduos para vários distritos do Nordeste de Cabo Delgado. Paralelamente, decretam-se amnistias e mediatiza-se a apresentação de desertores e arrependidos às populações locais, para posterior integração. Não obstante esta imagem de maior estabilização do território, persistem diversos ataques em vastas áreas do Norte da província, alastrando-se pequenas incursões para a zona Sul, ameaçando interesses mineiros em Montepuez. Movimentos de retorno das populações aos locais de origem coexistem com a chegada de novos deslocados aos centros de reassentamento do Sul da província.

Depois de descrever a situação de segurança em Cabo Delgado, o presente texto pretende analisar os movimentos populacionais e de reintegração socioeconómica nos locais de origem. Por fim, reflecte-se sobre o tipo de sociedade que se pretende reconstruir no Norte da província, e respectiva viabilidade para a estabilização do território. A reflexão resulta de entrevistas realizadas a professores, técnicos da saúde, de organizações não-governamentais, chefes de localidade, assim como indivíduos deslocados, residentes nos distritos de Palma, Mocímboa da Praia, Macomia, Quissanga, Pemba, Nangade, Mueda, Muidumbe, Montepuez e Chiúre, realizadas em Outubro de 2022 na cidade de Pemba. Na análise foram também considerados dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Programa Mundial de Alimentação (PMA).

1. UM LENTO REGRESSO DA SEGURANÇA

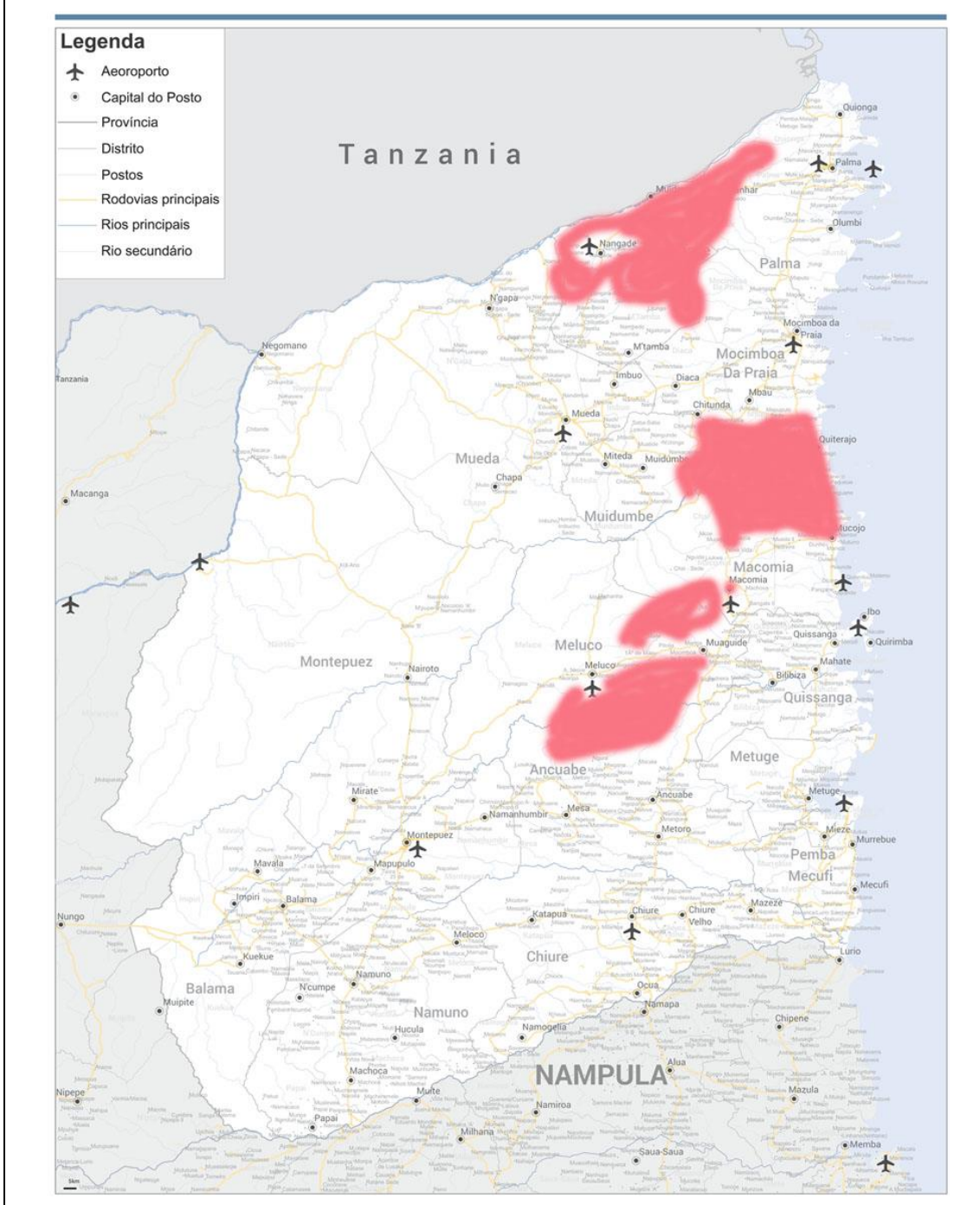
A intervenção das Forças Armadas do Ruanda e das tropas do Southern African Mission in Mozambique (SAMIM) traduziu-se num aumento da segurança no Nordeste da província. Os ruandeses afirmam que Palma e o distrito de Mocímboa da Praia estão seguros. Em torno da vila de Mocímboa foi constituído um cinturão de segurança, que se foi alargando com o tempo. A Sul do posto administrativo de Mbau persiste incerteza, particularmente nas matas mais próximas do rio Messalo. Por sua vez, a SAMIM tem

enfrentado forte resistência dos insurgentes. Continuam-se a registar ataques frequentes no Norte de Nangade, onde praticamente todas as aldeias estão abandonadas. No posto administrativo de Chai (distrito de Macomia), onde praticamente nenhuma aldeia está habitada, assim como nas baixas de Muidumbe, as tropas da SAMIM enfrentam também dificuldades. A costa de Macomia (postos administrativos de Quiterajo e de Mucojo) permanece inabitada. Em meados de Outubro, indivíduos armados atacaram o mercado municipal na vila sede do distrito, provocando vítimas mortais e danos materiais, afugentando a população para o mato e aumentando o sentimento de insegurança.

Os últimos meses revelam uma mudança das zonas de actuação dos insurgentes, movendo-se das zonas da costa para o interior, e de Palma e de Mocímboa da Praia para novos distritos mais a Sul. A actuação no Norte de Nangade retira partido da fronteira com a Tanzânia. A penetração de pequenos grupos armados nos distritos de Meluco e de Ancuabe aumenta a pressão sobre as minas de Namanhumbir, mas também a ameaça sobre o distrito de Chiúre, onde se verificam ataques esporádicos, mediatizados nas redes sociais. Admite-se a possibilidade de novas pequenas incursões na província de Nampula (ver mapa 1).

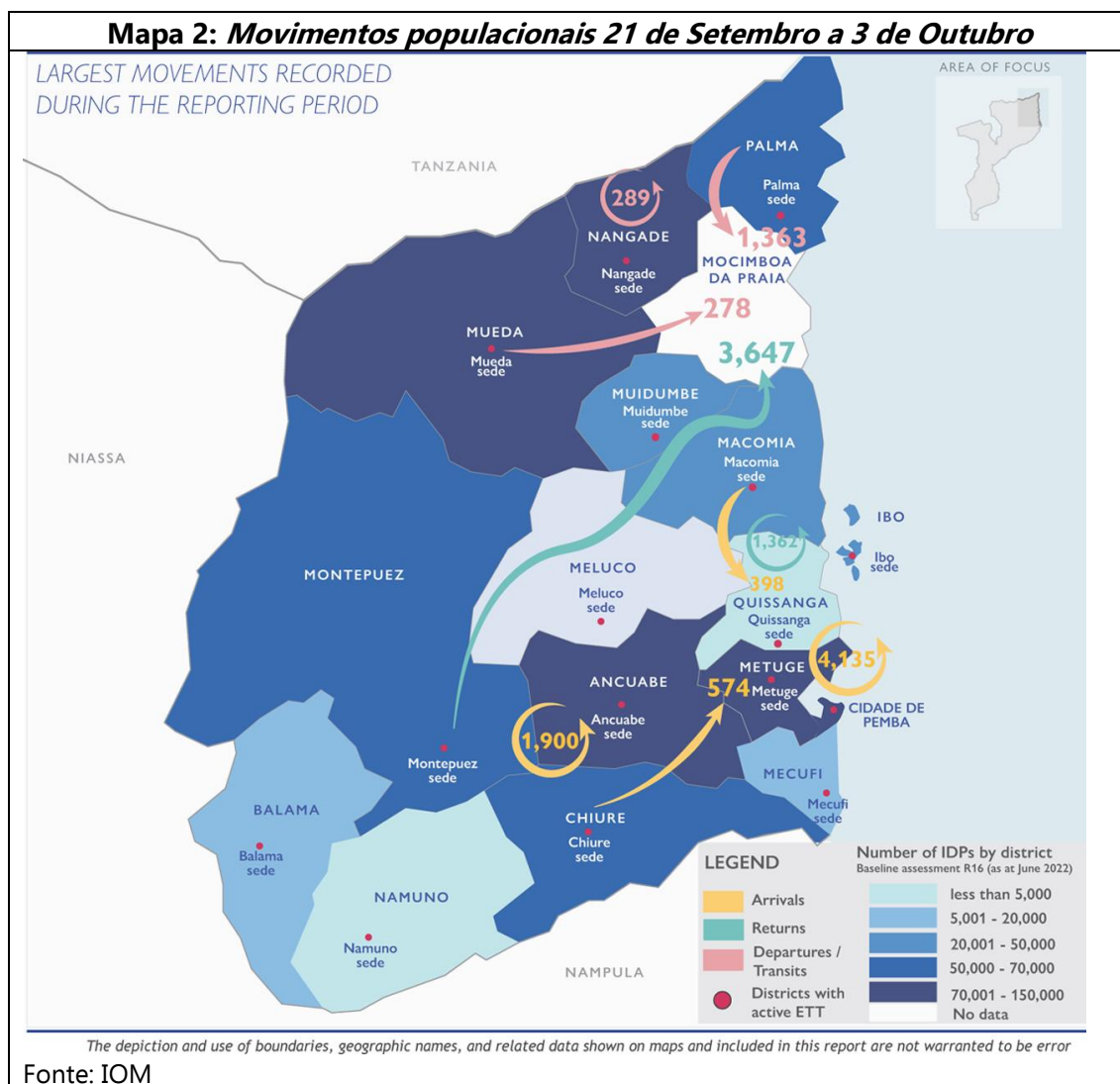
Não obstante a guerrilha de baixa intensidade, a circulação pela província é hoje mais fluída e os transportadores estão a operar entre Pemba, Macomia, Mocímboa da Praia e Palma. O tráfego de Nangade a Pundanhar permanece inseguro, não sendo possível chegar a Palma a partir de Oeste.

Mapa 1: Áreas de incerteza ou de actuação de grupos violentos (Outubro de 2022)



2. OS MOVIMENTOS POPULACIONAIS

Ao longo das últimas semanas verificaram-se movimentos populacionais contraditórios. Ao mesmo tempo que muitos deslocados abandonam os centros de reassentamento com destino às suas zonas de origem, nos mesmos centros de deslocados assiste-se à chegada de milhares de indivíduos fugidos de zonas de ataques (ver mapa 2).



a) A situação nos centros de deslocados

Nos centros de deslocados do Sul da província persistem dificuldades de acesso a terrenos agrícolas e à tendência de diminuição da ajuda alimentar, deixando as famílias particularmente vulneráveis. Com vista a evitar rupturas na assistência humanitária, de Abril a Outubro de 2022, o PMA (WFP, Setembro 2022) foi forçado a reduzir a ajuda alimentar às famílias para menos de 40% das necessidades calóricas mínimas diárias, reduzindo para bimensal a periodicidade de distribuição de alimentos. Continuam a abundar relatos de desvio da ajuda humanitária para líderes comunitários, gerando

tensões e conflitos, por vezes etnicizados. Perante notícias de maior estabilidade no Norte da província, verifica-se um regresso de muitos indivíduos para o planalto de Mueda e Muidumbe, Palma e Mocímboa da Praia, sendo perceptível uma diminuição do número de deslocados nos centros de reassentamento de Montepuez ou de Chiúre. Nos maiores centros urbanos muitas famílias recebem *vouchers* de 3.600 meticais para compra de alimentos, que frequentemente são vendidos para financiar a viagem de regresso. Da mesma forma, em Marrupa (distrito de Chiúre), após a recepção de ajuda alimentar, verificou-se a venda massiva de comida. Seguiu-se uma contribuição colectiva para alugar carrinhas de caixa aberta para regresso aos locais de origem, onde são carregados os poucos pertences, incluindo as lonas oriundas de doações, com as quais cobriam as suas habitações. Outros deslocados preferem aguardar no local de reassentamento, alegando que os que regressam não presenciaram os fenómenos de maior violência. Os discursos governamentais permanecem cautelosos acerca do retorno das populações, pelo que os que regressam fazem-no por sua iniciativa. Contudo, a emissão massiva de credenciais para o regresso a Mocímboa da Praia, sugere a existência de um apoio tácito por parte do Governo.

Na zona Sul, os movimentos de regresso de indivíduos coexistem com a chegada de novos deslocados, particularmente após ataques nas baixas de Muidumbe, nos distritos de Ancuabe e Meluco ou no posto administrativo de Mazeze (distrito de Chiúre).

Paradoxalmente, em zonas de regresso, como Macomia, verifica-se a constituição de centros de deslocados, onde se refugiam populações oriundas de zonas atacadas em Meluco, Ancuabe e aldeias de Chai. Muitos deslocados são hospedados em casas de famílias. A distribuição alimentar é realizada, sobretudo pelo PMA, mas de forma irregular e insuficiente. Os novos deslocados recebem também apoios de organizações não-governamentais (destacando-se os Médicos sem Fronteiras), que fornecem lonas, artigos de cozinha e alimentos. Em Quissanga foi também constituído um centro de deslocados na aldeia de Tandanhague, onde se refugiam pessoas oriundas de Ancuabe, de Metuge e Matemo.

Em Mueda é perceptível uma clara diminuição da população deslocada, que começa a regressar para os distritos de Muidumbe, Palma e Mocímboa da Praia. A situação permanece crítica na vila-sede de Nangade, onde se concentram entre 70.000 e 150.000 indivíduos (ver mapa 2). Em Agosto de 2022 verificaram-se tentativas de retorno da população deslocada às aldeias do Norte do distrito, mas a intensificação dos ataques durante o mês de Setembro, trouxe as pessoas de volta à vila-sede. A insegurança que se vive no distrito dificulta a chegada e distribuição de ajuda alimentar.

b) O retorno da população

No Nordeste da província assiste-se ao paulatino regresso das populações para determinadas áreas. No distrito de Mocímboa da Praia, o regresso das populações foi frequentemente antecedido pela chegada dos respectivos líderes, convocados pelas próprias autoridades, com o objectivo de identificação prévia das populações retornadas. Os dados da IOM estimam a existência entre 50 e 70 mil indivíduos em todo o distrito de Palma (ver mapa 2), sendo que em Pundanhar ainda não reside ninguém. O número de deslocados em Palma Sede reduziu drasticamente, com as populações a regressarem a Mocímboa da Praia e diversas aldeias dos postos administrativos de Olumbe e de Quionga. Reduzindo a pressão sobre Afungi, a Total facilitou o retorno da população deslocada em Senga, Quitunda, Quitupo, Pataca e Maganja para Mocímboa da Praia, facultando o respectivo transporte. Ao longo do mês de Outubro, na vila sede de Mocímboa registava-se a chegada diária de dezenas de camiões transportando pessoas, oriundos do Sul da província. Em meados de Outubro estimava-se que chegassem à vila de Mocímboa da Praia, entre 2 e 3 mil pessoas por semana, assim como a presença de 50 mil indivíduos em todo o distrito, metade dos quais na vila sede. Indivíduos regressados alegam que entre os retornados se encontram antigos guerrilheiros, que interagem com as populações e até jogam futebol com militares. Funcionários das organizações das Nações Unidas relatam restrições de movimentos ao redor da vila sede, desconfiando que a segurança não está garantida. No posto administrativo de Diaca continua-se a verificar o regresso de população, mas o posto administrativo de Mbau permanece instável. Em todo o distrito persiste a incerteza e irregularidade na distribuição alimentar.

Na maior parte das aldeias da zona alta de Muidumbe, as populações estão a regressar. Face à ausência de informação governamental, os deslocados entraram informalmente em contacto com os que se aventuraram a regressar, avaliando a segurança. Com vista a evitar conflitos de terras, não é permitido às populações não-originárias a construção de casas nas aldeias de destino. Algumas populações arriscaram o regresso às zonas baixas, onde têm acesso a água, terrenos férteis, cajueiros, bananeiras, lenha e outros recursos naturais.

No distrito de Macomia, a população concentra-se particularmente em torno da vila-sede. As aldeias da costa ou do posto administrativo de Chai permanecem praticamente desertas. Na costa de Macomia e no posto administrativo de Chai praticamente só existem militares ou a força local.

Em Quissanga o regresso das pessoas verifica-se sobretudo na zona da costa, ao longo da estrada de Metuge para Mahate. A população é proveniente de Pemba ou do arquipélago das Quirimbas, onde abandonaram os pequenos abrigos que haviam construído ao longo da praia. Em virtude da insegurança, o regresso da população é

menos visível na zona Norte e Oeste do distrito. Ao longo da costa, a situação caminha para a normalização, ainda que se constatem conflitos pela posse de recursos. Proliferam relatos de pessoas que chegam às suas zonas de origem e se deparam com outros indivíduos residindo nas suas casas ou ocupando terrenos agrícolas pertencentes a terceiros. Alguns indivíduos adquirem terrenos a preços reduzidos para construção das suas residências. Alguns retornados no Sul de Quissanga continuam registados no centro de deslocados de Metuge, de onde são contactados quando se processa a distribuição alimentar, regressando com esse objectivo.

c) Atribuição de amnistias e tentativas *ad hoc* de reintegração

Na sequência de grandes ofensivas realizadas às bases de insurgentes, durante os meses de Junho e Julho, registou-se a captura ou rendição de inúmeros guerrilheiros. A comunicação social noticiou a existência de desertores e indivíduos capturados pelas Forças de Defesa e Segurança, amnistiados e entregues aos familiares nas suas zonas de origem. As televisões mostram indivíduos a serem apresentados às populações pelas autoridades, onde são publicamente questionados acerca dos seus actos, inclusivamente sobre o número de assassinatos realizados. Líderes locais falam de 29 indivíduos reintegrados no distrito de Macomia, 14 em Mocímboa da Praia, 9 em Muidumbe e 7 em Nangade, mas outras fontes estimam que este número seja bastante superior. Existe um desconhecimento geral acerca deste processo, inclusivamente por organizações como a Cruz Vermelha, Conselho Islâmico de Moçambique, Conselho Cristão de Moçambique ou Igreja Católica. As Organizações da Sociedade Civil não são envolvidas neste processo e desconhece-se que tipo de consulta é realizada às comunidades de proveniência dos indivíduos amnistiados, como são preparadas as famílias e vizinhos para o regresso destes indivíduos, mecanismos de reintegração social (apoio técnico e financeiro), de acompanhamento psicossocial (incluindo rituais de limpeza) e de garantia da segurança das pessoas.

3. INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS

As condições de acesso a infra-estruturas e serviços permanecem precárias. No Nordeste do país, grande parte dos serviços distritais, escolas e centros de saúde foram destruídos. Em Palma, a procuradoria, os serviços de registos e notariado e os serviços distritais do Governo foram destruídos, estando a funcionar em tendas improvisadas, mas com acesso a energia e meios informáticos. A rede da Movitel ainda não está a funcionar. Em Mocímboa da Praia já funcionam todas as Direcções Distritais, mas as instalações continuam em reabilitação e sem meios. Prevê-se a reconstrução dos edifícios da Procuradoria-Distrital e dos serviços de registo e notariado, assim como a reabilitação de escolas e outros edifícios públicos. Em Palma, Mocímboa da Praia, Muidumbe e Macomia ainda não existem agências bancárias, que se concentram unicamente no município de Mueda (três agências). Em Quitunda (distrito de Palma) foi recentemente instalado uma ATM, prevendo-se para breve a abertura de uma delegação bancária. Os agentes Mpesa constituem o único recurso para inclusão financeira.

a) Os serviços de saúde

Na zona Norte, o acesso à saúde concentra-se essencialmente nas vilas-sede distritais. Em Palma funciona um hospital rural e existem centros de saúde em Olumbe, Maganja, Quionga e Quitunda, na maioria dos quais carecendo de pessoal técnico. Em Mocímboa da Praia o hospital está a funcionar e anuncia-se mais uma unidade sanitária, promovida pelos Médicos Sem Fronteiras. Os militares têm o seu próprio hospital. Assiste-se ao trabalho de reabilitação de furos de água. No planalto, as condições de saúde estão sobretudo concentradas no hospital de Mueda, que não foi directamente afectado pelo conflito. As unidades sanitárias em Nangade têm sido alvo de ataques (Nkomba, Muiha e Ntoli), concentrando-se actualmente na sede do distrito e do posto administrativo de Ntamba. Existe um único médico em todo o distrito e carência de medicamentos. No distrito de Muidumbe, o único centro de saúde está localizado em Miteda, para onde as populações são obrigadas a se deslocar, com risco de ataques. Quando as condições de segurança o proporcionam, os técnicos de saúde realizam visitas ambulatoriais em algumas aldeias. Conscientes de constituírem um alvo privilegiado de ataques, os técnicos têm sido relutantes em viajar. A grande dificuldade está na falta de medicamentos. Da mesma forma, em Macomia, as infra-estruturas de saúde concentram-se na vila sede. Destaca-se também a presença dos Médicos Sem Fronteiras, que criaram postos de primeiros socorros em vários bairros. Em Quissanga a situação da saúde tende a melhorar. Nos primeiros meses só funcionava a brigada móvel de saúde, mas o hospital rural foi reabilitado. A sede do posto administrativo de Bilibiza é assistida por uma brigada móvel que vem de Quissanga.

Nos distritos não directamente afectados pela guerra, o sector da saúde continua a sofrer grande pressão em virtude da persistência de um elevado número de deslocados. Em Mapupulo, os locais de reassentamento encontram-se distantes da unidade sanitária. Os Médicos Sem Fronteiras e o Médicos Mundi construíram vários centros de saúde com material local, que deixaram para o Estado, mas que carece de pessoal médico para garantir o funcionamento. A maior segurança possibilita a circulação de brigadas móveis aos vários centros de reassentamento, mas as visitas são reduzidas para as necessidades e faltam medicamentos. Apesar de alguns furos de água terem avariado, a tendência de diminuição da população deslocada tende a reduzir a pressão sobre a procura de água.

b) A educação

As infra-estruturas de educação também constituíram um alvo privilegiado dos ataques, pelo que na zona Norte o parque escolar se apresenta amplamente destruído. Não obstante a crescente chegada de indivíduos a Mocímboa da Praia, prevê-se que as escolas abram só em 2023. Na vila de Palma funciona uma escola secundária, assim como escolas primárias em Quitunda, Maganja, Olumbe e Palma Sede. Em Nangade as escolas primárias estão concentradas na vila sede (com turmas sobrelotadas ultrapassando os

90 alunos/turma na primeira classe) ou em algumas aldeias da zona Sul do distrito. Face à incerteza em relação ao futuro, muitas famílias foram inicialmente relutantes em matricular as suas crianças, mas, com o tempo, foram inseridas. Grande parte das aldeias das zonas altas de Muidumbe já tem escola primária a funcionar (Namacande, Nchinga, 24 de Março, Namunde, Muambula, Miteda, Lutete, Lyautua, Muatide, Namande, Nampanha, Namacule, Mandava e Napate e Mandela), existindo escola secundária em Miteda e Nangololo. Algumas crianças chegam com os pais, mas nem sempre com documentos de transferências. Outras famílias regressadas deixaram as crianças provisoriamente nos centros de deslocados. Em virtude do retorno de muitos deslocados, o número de alunos nas escolas de Mueda está claramente a diminuir. Em Macomia, as escolas concentram-se em Macomia Sede. Em Quissanga, regista-se a abertura de escolas primárias na zona litoral, ao longo da estrada de Metuge para Mahate, assim como na vila Sede, onde as turmas estão sobrelotadas, frequentemente acima dos 85 alunos/turma. Muitas salas haviam sido destruídas, pelo que não têm portas nem janelas. Nas zonas Oeste e Norte do distrito não há registos de abertura de escolas, em virtude de ausência de população. No distrito não existe uma única escola secundária, sendo que a mais próxima se encontra na ilha do Ibo, para onde recorrem os estudantes com contactos familiares ou mais recursos.

Na zona Sul da província verificam-se muitos pedidos de transferência de estudantes, que regressam com as suas famílias para a zona Norte. Alguns regressam ao centro de reassentamento algumas semanas após a partida, vítimas de ataques, desestabilizando o ambiente escolar. De acordo com professores locais, o tamanho médio das turmas no posto administrativo de Mapupulo diminuiu de cerca de 90 para 70 estudantes/turma, apesar de oscilações. Os centros de deslocados de Mapupulo estão frequentemente longe das escolas, concorrendo para a reduzida frequência de crianças no ensino primário. Onde é fornecida alimentação escolar verifica-se uma maior taxa de retenção de alunos. Nos distritos de Montepuez, Ancuabe ou Chiúre registam-se esforços de ampliação de escolas e construção de salas de aula, com recurso a material local e chapa de zinco, protagonizadas por organizações não-governamentais. Por vezes, os professores são seleccionados entre indivíduos deslocados, favorecendo a respectiva integração.

4. DESENVOLVIMENTO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS

As actividades económicas no centro e Norte da província continuam a ser afectadas pela guerra, pelo deslocamento populacional e falta de acesso a meios de produção.

a) Agricultura

Em Palma e Mocimboa da Praia, a Total vem aumentando a sua preocupação em promover a integração económica, aumento da produção e diminuição da taxa de inactividade. Anunciam-se projectos de fornecimento de insumos agrícolas por parte de

privados, em parceria com o Estado. O PMA anunciou o apoio a mais de 40.000 indivíduos na reconstrução de meios de subsistência no Norte de Cabo Delgado (WFP, Setembro 2022), mas estes números são claramente insuficientes para as reais necessidades. No posto administrativo de Diaca a população prepara a época agrícola, enfrentando a falta de apoios alimentícios e insumos agrícolas. À volta das vilas-sede de Mueda, Nangade e Macomia, onde se concentra grande parte da população deslocada, existe uma escassez de áreas agrícolas para produção, e forte dependência de ajuda externa. A diferenciação social é evidente entre aqueles que chegaram há mais tempo (e conseguiram ter acesso a terrenos agrícolas para produção) ou que têm acesso ao subsídio de antigo combatente. Na zona alta de Muidumbe, nas aldeias que não foram atacadas (nomeadamente em Miteda), as populações tiveram uma boa colheita e conservaram excedentes de milho, dinamizando algum comércio agrícola. Os que regressam às aldeias anteriormente atacadas não têm excedentes agrícolas e apresentam-se particularmente vulneráveis, começando a preparar terrenos agrícolas nas zonas baixas. Também no litoral de Quissanga as pessoas estão a limpar as machambas e a semear, aguardando pelas primeiras chuvas. Assiste-se a uma tímida retoma da criação pecuária.

b) Pesca

A pesca constitui uma das principais actividades económicas afectadas pelo conflito, em virtude da partida das populações e de longos meses de proibições. A estabilização da segurança nas zonas da costa contribuiu para o levantamento das restrições para a pesca em Palma, Mocimboa da Praia e Quissanga e muitos pescadores retomam as actividades. Em virtude de um defeso forçado de vários anos, os relatos dão conta de um aumento da fauna pesqueira. A pesca é também relatada no lago Bilibiza. A situação inverte-se na costa de Macomia, onde ainda só estão militares, e no lago Nguri, onde a pesca não é autorizada. Jovens locais arriscam-se a realizar essa actividade, enfrentando o risco de ataques de insurgentes e a desconfiança das forças de defesa e segurança.

c) Comércio

O comércio tende a ser reabilitado nas vilas sede distritais, onde se assiste à abertura de lojas comerciais. Contudo, face ao défice de produção e aos riscos de transporte, os preços estão claramente inflacionados. Como mostra o quadro 1, os preços dos bens alimentares são particularmente elevados no Norte da província, traduzindo um desequilíbrio entre a oferta e a procura.

Quadro 1: Custo aproximado de bens de primeira necessidade, em meticais

Produto	Local					
	Palma Sede	Mocímboa da Praia	Nangade Sede	Miteda	Quissanga Sede	Pemba
1 kg de açúcar	110	90	90	100	95	75
1 litro de óleo	150	(*)	150	175	200	140
1 barra de sabão	110	80	85	120	110	80
1 kg de arroz	95	80		200	120	70
1 kg farinha de milho	75			60	60	50

(*) de acordo com os relatos, predomina a venda de óleo em plásticos em pequenas quantidades.

d) Respigarem, roubo e mendicidade

Num cenário de grande precariedade, multiplicam-se as estratégias de sobrevivência que, frequentemente, apenas atenuam situações de privação alimentar. Nos grandes aglomerados populacionais, nomeadamente nos centros de reassentamento ou nas sedes distritais, os deslocados procuram realizar actividades de *ganho-ganho* nas machambas de terceiros, frequentemente em troca de comida. A população deslocada em Quitunda sempre beneficiou de compensações simbólicas pelo envolvimento em jornadas de limpeza da vila e outras iniciativas. Em Nangade, crianças respigam grãos de milho nas moageiras ou nas machambas. Em Mocímboa da Praia muitos recolhem ferro velho dos destroços para venda. Existem relatos de indivíduos que se deslocam da vila de Mocímboa para bases abandonadas pelos insurgentes, com vista a recolher objectos, como motorizadas, enfrentando riscos de segurança. Muitos vivem de roubos do que encontram.

Nas zonas do interior muitos recorrem à caça de animais rastejantes, para consumo ou venda, ou procura de lenha. Em Montepuez, Ancuabe e Chiúre regista-se um aumento do garimpo. Em Montepuez, os relatos dão conta do aumento da criminalidade. Várias mulheres fazem *cabanga* (bebida alcoólica tradicional à base de açúcar e farelo de milho).

Por toda a província se relata o aumento de fenómenos de prostituição, gravidez precoce e casamentos prematuros, como consequência directa e indirecta do conflito armado. Os comportamentos mais promíscuos são relatados nas zonas do interior, sobretudo em famílias mais vulneráveis (nomeadamente monoparentais chefiadas por mulheres). Jovens meninas envolvem-se com homens com mais recursos (com poder económico, político ou militares, etc.), em troca de benefícios materiais, por vezes, gerando conflitos. Na maioria dos locais, as instituições do Estado ou as autoridades tradicionais não estão presentes. Incapazes de lidar com estes assuntos, a atitude dominante é de resignação. Muitas organizações de empoderamento das mulheres fornecem alternativas económicas, organizando actividades de costura ou de produção de esteiras, para

diminuir esses fenómenos. Em Maio e Junho de 2021, existiam relatos de violações sexuais no distrito de Palma, protagonizadas por membros das Forças de Defesa e Segurança. A frequência destes relatos reduziu drasticamente com a chegada de tropas ruandesas.

5. REGRESSAR AO PASSADO COMO SE NADA TIVESSE ACONTECIDO, OU CONSTRUIR UM NOVO FUTURO?

O regresso da população ao Nordeste da província é sobretudo motivado por factores de repulsa pelos locais de reassentamento (relacionados com a privação de terrenos agrícolas e diminuição da ajuda alimentar), mas também por uma maior atracção dos locais de origem, em virtude da melhoria das condições de segurança. Contudo, nos distritos de Nangade e de Macomia, a maioria da população permanece em redor das vilas-sede distritais, com dificuldade de acesso a meios de produção. Grande parte da população regressa por sua própria iniciativa, sem acesso a linhas de crédito ou apoios económicos, para um local onde grande parte das infra-estruturas e serviços públicos estão destruídos ou em reconstrução. A Oeste de Palma e Norte de Nangade, na costa de Macomia, assim como nas baixas de Muidumbe e posto administrativo de Chai, a segurança permanece instável. Pequenas incursões nos distritos de Ancuabe, leste de Montepuez e Chiúre foram responsáveis pela paralisação (temporária) de actividades económicas e geração de novos movimentos de deslocados. A persistência de dificuldades de produção agrícola e de assistência humanitária agravam a insegurança alimentar na região. Enfrentando dificuldades orçamentais, o PMA alerta para o risco de interrupção da assistência alimentar já em Janeiro de 2023, precisamente no pico da época de escassez, necessitando de 59,1 milhões de dólares para manter o apoio ao longo do primeiro trimestre de 2023 (WFP, Setembro 2022). A situação pode-se agravar com os riscos de inundação na bacia dos rios Megaruma, Montepuez e Messalo. Até ao início das próximas colheitas antevêm-se períodos de fome generalizada entre a população e os insurgentes, mas também no seio das forças armadas, com impactos sobre a pequena criminalidade, ataques armados, prostituição e colaboração com grupos violentos.

Para a empresa Total, o regresso das populações aos locais de origem constitui um indicador de reposição da segurança e de estabilização socioeconómica, capaz de promover o regresso das operações de investimento. Perante esta realidade, o discurso governamental acerca do regresso da população tem sido contraditório. Se, na comunicação com as populações deslocadas a Sul da província, predomina um discurso cauteloso, que realça o trabalho de segurança em curso, a nível externo foram emitidas um conjunto de mensagens salientando a estabilização da região. Campanhas de limpeza em Mocímboa da Praia e celebrações do dia do Município, assim como peças jornalísticas triunfalistas acerca da estabilização de Palma, alimentaram sentimentos de segurança junto das populações, precipitando-as para o regresso.

O retorno das populações acontece sem que sejam evidentes reformas estruturais, com a agravante da destruição e inoperacionalidade de infra-estruturas e serviços públicos, num cenário de ausência de meios de produção e de descapitalização generalizada. A desintegração económica das populações, as dificuldades de acesso a serviços públicos e à justiça, e a ausência de espaços de participação, num cenário de regresso do investimento estrangeiro e de aumento das desigualdades sociais, poderão agravar tensões sociais e aumentar a colaboração com grupos violentos. Essa realidade implicaria um regresso à situação político-militar predominante entre 2017 e 2019, altura em que a população rural do Nordeste da província se refugiava nas vilas sede distritais e de postos administrativos.

É neste sentido que o regresso das populações deverá ser acompanhado, entre outras reformas, das seguintes medidas:

- Reabilitação das condições de saúde, particularmente na área materno-infantil, envolvendo médicos militares, garantia da assistência alimentar e promoção do planeamento familiar;
- Investimento massivo no sector da educação e na formação de professores, com destaque para o ensino técnico, constituindo-se parcerias com operadores económicos, promovendo-se a distribuição de alimentação escolar, com vista a reter a população estudantil, particularmente jovens raparigas;
- Reconstrução de serviços distritais e capacitação institucional, em termos de equipamentos, recursos humanos qualificados e dotação orçamental;
- (Re)construção de infra-estruturas económicas estratégicas para o distrito, promotoras da integração económica do território, geradoras de empregos locais e de rendimentos;
- Diversificação da economia e apoio massivo a actividades económicas, como a pesca, a agricultura ou o comércio informal, responsáveis pela empregabilidade da esmagadora maioria da população, privilegiando jovens e mulheres, não esquecendo as populações da costa;
- Distribuição urgente e massiva de insumos agrícolas pelas populações, antes das chuvas e a tempo de garantir a campanha agrícola, de forma a garantir a segurança alimentar;
- Descentralização da administração do território, incluindo do orçamento de Estado, e canalização do mesmo para sectores económicos geradores de emprego;
- Aumento do valor percentual atribuído às populações afectadas pela exploração de recursos naturais, aplicando o respectivo valor na geração de oportunidades económicas;
- Apoio à constituição de associações locais, em especial de organizações de jovens, de produtores (camponeses, pescadores ou comerciantes), capacitação dos respectivos líderes em matérias de liderança e negociação, criação e descentralização dos espaços de participação sociopolítica e de exercício da cidadania;

- Envolvimento de Organizações da Sociedade Civil e de líderes tradicionais no processo de reintegração social de desertores, ao nível da mediação e gestão de conflitos, fornecimento de apoio psicossocial, inclusivamente através de rituais de limpeza e de purificação;
- Apoio ao desenvolvimento de rádios comunitárias, da difusão e acesso à informação;
- Reforço do papel da procuradoria e do judiciário e alargamento do acesso à justiça, assim como reforço da confiança das populações nas instituições públicas;
- Valorização simbólica das populações islâmicas da costa, reconhecendo o respectivo papel na luta de libertação nacional, conferindo reconhecimento na toponímia de ruas, praças e outros lugares públicos de relevo;
- Reformas das forças de segurança, construção de uma relação de confiança com a população e de uma rede de inteligência, inspiradas no modelo de actuação dos militares ruandeses em Palma e Mocímboa da Praia;
- Identificação das lideranças dos grupos violentos, das respectivas reivindicações e exploração de canais de comunicação, com vista à negociação do fim das hostilidades.

REFERÊNCIAS:

IOM (2022) "Displacement tracking matrix - Mozambique 21 September - 03 October" in *EET report* n. 176, disponível em <https://displacement.iom.int/reports/mozambique-emergency-tracking-tool-report-176-21-september-03-october-2022?close=true>, acesso a 25.10.2022

WFP (Sep/2022) "Country Brief". World Food Programme, disponível em https://docs.wfp.org/api/documents/WFP0000143911/download/?_ga=2.75150682.953350339.1666882012.1109932366.1666706858&_gac=1.58866399.1666882012.CjwKCAjw2OiaBhBSEiwAh2_ZSP6S-y0pQIYT4xwHMz7ywRyY2EJSh1jArklS0641npzQGKP04JhHi_RoCKbYQAvD_BwE, acesso a 27.10.2022.